



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE*

### PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 189, DE 2014

“Proposta de Fiscalização e Controle do reajuste concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na tarifa dos consumidores da Eletrobrás Distribuição Alagoas.”

Autor: Deputado **Mauricio Quintella Lessa**

Relator: Deputado **Marcos Reategui**

## I – RELATÓRIO

### I – 1 Introdução

Trata-se de Proposta de Fiscalização e Controle apresentada pelo Deputado Maurício Quintella Lessa, solicitando, com auxílio do Tribunal de Contas da União, que se realize ato de fiscalização e controle com vistas a apurar a regularidade e a legalidade do reajuste anual, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, na tarifa dos consumidores da Eletrobrás Distribuição Alagoas (antiga Companhia Energética de Alagoas – CEAL).

Na sua justificativa o nobre deputado argumenta que em 26/08/2014 a Aneel concedeu 32,36% de reajuste anual médio para as tarifas de energia elétrica no estado de Alagoas. Tal aumento no preço da energia produziu um impacto extremamente injusto à população alagoana, principalmente para a camada mais pobre, agravando, sobremaneira, a crise social.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

Além do mais, o reajuste concedido está totalmente divorciado da realidade econômica do estado de Alagoas, não guardando coerência com nenhum índice inflacionário (no período de agosto/2013 a agosto/2014 a maior inflação foi de 6,49% ocorrido no IPCA-IBGE).

Sabemos que a ANEEL deve atuar de tal forma que o valor da tarifa garanta receita suficiente para cobrir os custos com aquisição de energia e as despesas operacionais da concessionária. O que não pode acontecer é o exagero no valor das tarifas como forma de remunerar as ineficiências das empresas ou lhes proporcionar elevados lucros. Nesse sentido, é obrigação da ANEEL fiscalizar e acompanhar os custos operacionais e administrativos da Eletrobrás Distribuição Alagoas (antiga CEAL) e os investimentos realizados para garantir uma justa prestação de serviços aos consumidores alagoanos.

Vale lembrar, que a CEAL foi classificada como a 32ª colocada no ranking de qualidade da ANEEL em 2013, de um total de 35 empresas. Essa classificação atesta a péssima qualidade dos serviços da concessionária para com o povo alagoano.

Diante desses dados negativos, o nobre parlamentar solicita que o reajuste concedido à Eletrobrás Distribuição Alagoas (antiga CEAL) pela ANEEL seja auditado para verificar se a tarifa não está remunerando ilegalmente e exageradamente uma empresa ineficiente.

É o relatório.

### **I – 2 Da oportunidade e conveniência da Proposta**

Este Relator entende ser oportuna e conveniente a presente Proposta de Fiscalização e Controle. O reajuste da tarifa bem acima dos índices inflacionários do período, com certeza, trouxe graves prejuízos aos consumidores de energia elétrica do estado de Alagoas. Vale lembrar, que o Tribunal de Contas da União – TCU em outra Proposta de Fiscalização e Controle aprovada pela Comissão de Defesa do Consumidor encontrou grave erro na metodologia de cálculo da fórmula utilizada pela ANEEL para determinar o reajuste das tarifas de energia elétrica da CELPE no estado de Pernambuco. Erro esse já corrigido, mas que proporcionou prejuízos aos consumidores pernambucanos.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

Diante de tais fatos já ocorridos, se faz necessário a investigação sobre o reajuste bem acima da inflação concedido pela ANEEL a Eletrobrás Distribuição Alagoas (antiga Companhia Energética de Alagoas – CEAL).

#### **I – 3 Da competência desta Comissão**

A competência de Fiscalização e Controle desta Comissão é fundamentada no artigo 32, inciso XI, artigo 60, II, e do art. 61 do Regimento Interno desta Casa. Dessas normas provém o embasamento para que esta Comissão promova a fiscalização de temas que sejam pertinentes a ela.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle atua nos seguintes campos temáticos ou áreas de atividade:

- a) tomada de contas do Presidente da República, na hipótese do art. 51, II, da Constituição Federal;
- b) acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências e em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;
- c) planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;
- d) representações do Tribunal de Contas solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo do Congresso Nacional, elaborando, em caso de parecer favorável, o respectivo projeto de decreto legislativo (Constituição Federal, art. 71, § 1º);
- e) exame dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União (Constituição Federal, art. 71, § 4º);
- f) requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas da União;



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**

#### **I – 4 Do alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social e orçamentário.**

Quanto ao alcance político e social, é de relevância nacional o papel que pode ser exercido pelo Parlamento na fiscalização dos serviços prestados aos consumidores pelas concessionárias de energia elétrica. Também, é de fundamental importância que o Parlamento acompanhe de perto o cumprimento dos objetivos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que é proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade. No caso do aumento das tarifas de energia elétrica da Eletrobrás Distribuição Alagoas (antiga CEAL) uma auditoria se faz necessária como forma de transparência e cumprimento dos preceitos legais em vigor.

Quanto ao alcance jurídico e administrativo, é importante que fique claro para a população porque os reajustes foram bem superiores aos índices inflacionários do período.

#### **I – 5 Plano de execução e metodologia de avaliação**

Este Relator propõe o seguinte plano de execução:

1 - Solicitação ao Tribunal de Contas da União que realize auditoria na ANEEL para identificar se foi cumprida a legislação em vigor com relação ao reajuste de tarifas de energia elétrica concedido a Eletrobrás Distribuição Alagoas (antiga CEAL) no ano de 2014.

2. Apresentação, discussão e votação do relatório final desta PFC;

3. Encaminhamento dos resultados e conclusões desta PFC nos termos do art. 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Cabe salientar que, após o recebimento das informações do Tribunal de Contas da União, caso seja necessário, este Relator proporá novas medidas que deverão ser submetidas ao crivo desta Comissão para sua efetivação.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### ***COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE***

## **II – VOTO**

Diante os argumentos acima elaborados, este **Relator é favorável à aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle nº 189, de 2014, nos termos do plano de execução aqui sugerido.**

Sala da Comissão,                      de                      de

**Relator**

**Deputado MARCOS REATEGUI**